

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

98 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 18 a 23/10/2021):

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU	1
Polónia - Estado de direito e primado do direito europeu	1
Posição do PE para a Cimeira do Clima COP26	2
Estratégia do Prado ao Prado	2
Prémio Sakharov - Alexey Navalny	3
Outros debates e resoluções	3
2. CONSELHO EUROPEU	3
3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA: SESSÃO PLENÁRIA	4
4. COMISSÃO EUROPEIA ECONOMIA DA UE PÓS-COVID	5
5. COMISSÃO EUROPEIA PROGRAMA DE TRABALHO 2022	5
6. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE SOBRE O ALARGAMENTO	6
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	6
Conselho de Negócios Estrangeiros	6
Conselho de Assuntos Gerais)	6
Cimeira Social Tripartida	7
8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7

1. SESSÃO PLENÁRIA DO PARLAMENTO EUROPEU¹

Na semana que passou, teve lugar a [sessão plenária do Parlamento Europeu \(PE\)](#), em Estrasburgo, sendo de destacar os seguintes debates:

Polónia - Estado de direito e primado do direito europeu

Temos dado nota, em [sínteses anteriores](#), do acórdão do Tribunal Constitucional polaco que declarou que a [Constituição polaca tem precedência sobre algumas normas da UE](#) e que *o esforço do Tribunal de Justiça da UE para interferir no sistema de justiça polaco viola o princípio do Estado de direito, o princípio do primado da Constituição polaca e o princípio da manutenção da soberania no processo de integração europeia*. Registámos, igualmente, a reação da Comissão Europeia, que [entende que esta decisão levanta sérios problemas no que diz respeito ao primado do direito da UE e à autoridade do Tribunal de Justiça da UE](#) (TJUE).

Esta semana, o PE realizou um [debate com o Primeiro-Ministro da Polónia, Mateusz Morawiecki](#) (discurso integral [aqui](#)), a presidente da Comissão, Ursula von der Leyen (discurso [aqui](#)), e o ministro esloveno dos Negócios Estrangeiros, Anže Logar, em representação da presidência rotativa do Conselho.

O [Primeiro-Ministro polaco, Mateusz Morawiecki, declarou](#) que *"a primazia do direito europeu não se estende ao sistema constitucional (...). A Constituição polaca é o ato jurídico mais elevado da Polónia, está acima de qualquer outro princípio de direito"*. Afirmou ainda que os tribunais constitucionais de outros Estados-Membros, incluindo da Alemanha, França, Dinamarca, Espanha, Itália e Roménia, emitiram no passado acórdãos semelhantes ao que está agora em discussão.

Para a [Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen](#), o acórdão do Tribunal Constitucional polaco põe em causa as fundações da UE e constitui um *"ataque direto à unidade da ordem jurídica europeia"*, pois é *"a primeira vez que um tribunal de um Estado-Membro considera os Tratados da UE incompatíveis com a Constituição nacional"*, garantindo que a Comissão irá *"agir"*.

Em nome da presidência eslovena do Conselho da UE, [o ministro Anže Logar reiterou](#) que a primazia do direito comunitário é um alicerce da UE e da vida na casa europeia comum, declarando que o Conselho está a discutir a questão do Estado de direito e que a presidência eslovena está empenhada em fazer avançar os procedimentos do Artigo 7.º do Tratado da UE.

No debate, a [maioria dos Deputados pediu](#) à Comissão que utilize todos os instrumentos ao seu dispor para, acima de tudo, proteger os cidadãos polacos. Durante o debate, instaram novamente a Comissão a acionar o ["mecanismo de condicionalidade" do Estado de direito](#) e a instaurar [processos por infração](#) e o Conselho da UE a dar seguimento ao procedimento do [Artigo 7.º do Tratado](#).

Intervio no debate, presidido pelo Vice-Presidente Pedro Silva Pereira, o Deputado português [Paulo Rangel \(PPE\)](#).

Neste âmbito, o PE [aprovou uma resolução](#) em que *"lamenta profundamente a decisão do Tribunal Constitucional ilegítimo"*, de 7 de outubro, que representa *"um ataque à comunidade de valores e leis europeias no seu conjunto"*. A resolução recorda que, de acordo com a Constituição polaca, um acordo internacional ratificado faz parte da ordem jurídica interna, que deve ser aplicado diretamente e que as suas disposições prevalecem em caso de conflito de leis.

O PE instou a Comissão e o Conselho da UE a tomarem medidas urgentes, nomeadamente instaurar processos por infração e solicitar ao TJUE que imponha medidas provisórias, acionar o [mecanismo de condicionalidade do Estado de direito](#), abster-se de aprovar o projeto de plano de recuperação e resiliência polaco, declarar que existe um risco manifesto de violação grave do Estado de direito pela

¹ Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

Polónia, em conformidade com o procedimento previsto no [artigo 7.º, n.º 1, do Tratado da UE](#), interromper ou suspender pagamentos, tendo em conta o risco de deficiências graves no funcionamento eficaz dos sistemas de controlo na Polónia devido à falta de independência judicial que põe em causa a legalidade e regularidade das despesas. Apelou-se, ainda, que o Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro emita uma declaração conjunta sobre a matéria, “nos termos o mais enérgicos possível”.

Recorde-se que o Presidente do PE, David Sassoli, havia [dado instruções para que seja preparada uma queixa](#) contra a Comissão no TJUE pela sua inação em ativar o mecanismo do Estado de direito, ainda que o parecer do Serviço Jurídico do PE tenha alertado para as poucas possibilidades de sucesso de um processo desta natureza (disponível [aqui](#)).

Posição do PE para a Cimeira do Clima COP26

O PE aprovou as suas [recomendações para a Conferência da ONU sobre Alterações Climáticas](#) (COP 26), que se realiza em Glasgow, de 31 de outubro a 12 de novembro, através de uma resolução (527 votos a favor, 134 contra e 35 abstenções) em que apela a uma “*ação coletiva, imediata e ambiciosa*” a nível mundial para reduzir as emissões e limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C.

Recorde-se que a [Lei Europeia do Clima](#), que entrou em vigor em julho depois de um acordo alcançado entre o PE e a presidência portuguesa do Conselho, consagra na legislação da UE o seu compromisso para com a neutralidade climática e a meta intermédia de reduzir as emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, **55% até 2030**. As propostas legislativas constantes do pacote climático [Objetivo 55](#), apresentado pela Comissão em julho, estão a ser discutidas nas comissões competentes do Parlamento Europeu e no Conselho da UE.

Na resolução, o PE manifesta preocupação com o facto de “*as emissões previstas no âmbito dos CDN [contributos determinados a nível nacional] sem restrições apresentados, se estes forem plenamente aplicados, abrirem caminho, à escala planetária, a um aumento da temperatura de 3,2 °C*”. Apela-se, ainda, à mobilização do financiamento internacional para a ação climática destinado aos países em desenvolvimento.

A [delegação do Parlamento Europeu](#) à COP 26, liderada por Pascal Canfin (Renew Europe, FR), estará em Glasgow a partir de 8 de novembro. A eurodeputada portuguesa Lídia Pereira, que foi coautora desta resolução em nome do grupo PPE, integrará também a delegação. Intervieram no debate as Deputadas portuguesas [Lídia Pereira](#) e [Maria da Graça Carvalho \(PPE\)](#).

Estratégia do Prado ao Prado

O PE adotou o seu [relatório](#) sobre a [Estratégia do Prado ao Prado](#), apresentada pela Comissão Europeia em maio de 2020, que incide sobre medidas para a produção de alimentos mais saudáveis na UE, com segurança alimentar, um rendimento justo para os agricultores e redução da pegada ambiental.

A Comissão Europeia irá apresentar uma série de [propostas legislativas no âmbito da Estratégia do Prado ao Prado](#), tendo o PE enfatizado a “*necessidade de realizar avaliações de impacto ex ante sólidas e científicas, que abranjam a sustentabilidade do ponto de vista económico, social e ambiental, bem como a necessidade de ter em conta os efeitos cumulativos, possíveis soluções de compromisso, a disponibilidade de meios para atingir as metas e os diferentes modelos agrícolas nos Estados-Membros, no quadro de quaisquer propostas legislativas*”. Intervieram neste debate os Deputados portugueses [Isabel Carvalhais \(S&D\)](#) e [Álvaro Amaro \(PPE\)](#).

Prémio Sakharov - Alexey Navalny

A Conferência dos Presidentes do PE decidiu [atribuir o Prémio Sakharov para a Liberdade de Pensamento](#) ao político russo da oposição **Alexei Navalny**. A cerimónia de entrega do galardão realizar-se-á no dia 15 de dezembro, em Estrasburgo.

O presidente do PE, [David Sassoli](#) referiu que *“Alexei Navalny tem feito uma campanha consistente contra a corrupção do regime de Vladimir Putin e, através dos seus relatos nos meios de comunicação social e campanhas políticas, tem ajudado a expor abusos e a mobilizar o apoio de milhões de pessoas em toda a Rússia. Devido a isso, foi envenenado e atirado para a prisão. Ao atribuir o Prémio Sakharov a Alexei Navalny, reconhecemos a sua imensa coragem pessoal e reiteramos o apoio inabalável do Parlamento Europeu à sua libertação imediata”*.



Outros debates e resoluções

- Aprovação da posição do PE sobre a revisão do [mandato da Europol](#)
- PE propõe a criação de um [estatuto europeu do artista](#)
- Apresentação do [pacote de alargamento de 2021](#) da Comissão Europeia
- Resolução sobre a necessidade de [investigações exaustivas dos Pandora papers](#)
- Resolução sobre as [relações de parceria entre a UE e Taiwan](#)
- Resolução sobre a [transparência na política de vacinação da UE](#)

2. CONSELHO EUROPEU

Nos dias 21 e 22 de outubro, teve lugar uma reunião do **Conselho Europeu** que, segundo a carta de convite (disponível [aqui](#)) do Presidente Charles Michel, tinha como pontos na agenda a atual **subida dos preços da energia**, a situação da **COVID-19** e os recentes **desenvolvimentos relacionados com o Estado de direito**, uma discussão estratégica sobre o **comércio** durante o jantar, bem como discussões sobre as **cimeiras importantes COP26 e COP15** sobre biodiversidade. No segundo dia, os temas principais foram o da **migração**, para dar seguimento à implementação das conclusões do Conselho Europeu de junho sobre a dimensão externa da migração, em particular no que diz respeito ao financiamento, e o da **transformação digital da Europa**, que é um motor fundamental para o crescimento económico, a criação de emprego e a competitividade.

Foram adotadas **conclusões** sobre a COVID-19, a digitalização, os preços da energia, a migração, o comércio e as relações externas, disponíveis [aqui](#).

O PE disponibilizou um [kit informativo sobre a agenda do Conselho](#) e o *Politico* informou através do seu habitual [live blog](#). O discurso do Presidente do PE, que incide sobre a democracia, liberdade e Estado de direito, está disponível [aqui](#).

No final do Conselho, e no respeitante ao Estado de direito (ponto sobre o qual as Conclusões não se debruçam), Ursula von der Leyen transmitiu a ideia de que **a Comissão não avançará em breve com uma ativação do mecanismo de condicionalidade do Estado de direito**, dado que *"o Tribunal de Justiça Europeu tem de julgar, a pedido da Hungria e da Polónia, se este mecanismo de condicionalidade é juridicamente sólido"* e que, por conseguinte, *"não serão tomadas medidas antes da decisão"*. Von der Leyen deu nota de que, entretanto, *"podemos enviar cartas, pedir informações ou perguntas que são necessárias para serem feitas"*.

No respeitante aos preços da energia, o Conselho analisou o recente aumento acentuado e analisou o impacto das subidas de preços para os cidadãos e as empresas, considerando que o conjunto de medidas apresentado na comunicação da Comissão intitulada *"Enfrentar o aumento dos preços da energia"* (cfr. [Síntese n.º 97](#), ponto 8) contempla medidas úteis para esse efeito tanto a curto como a longo prazo.

Sobre as migrações, damos nota de que a Presidente da Comissão Europeia referiu que os líderes tinham discutido a infra-estrutura física para prevenir a migração irregular, mas recordou que existe um acordo de longa data na Comissão e com o Parlamento Europeu *"que não haverá financiamento de arame farpado e muros"*. Doze Estados-Membros suscitaram esta questão (Lituânia, Letónia, Estónia, Hungria, Polónia, Eslováquia, República Checa, Bulgária, Eslovénia, República Helénica, Áustria e Chipre), tendo o Primeiro-Ministro grego, Kyriakos Mitsotakis, suscitado esta questão e mencionando que *"Se queremos ser sérios e eficazes na guarda das fronteiras europeias (...) não vejo razão para que as intervenções"* (incluindo uma vedação que a Grécia está a construir na sua fronteira turca) *"não possam ser financiadas pelo orçamento europeu"*.

3. CONFERÊNCIA SOBRE O FUTURO DA EUROPA: SESSÃO PLENÁRIA²

A [segunda reunião plenária](#) da [Conferência](#) sobre o Futuro da Europa teve lugar no dia 23 de outubro, em Estrasburgo, e contou com a participação, entre outros, dos representantes do Parlamento Europeu, do Conselho, da Comissão Europeia, dos Parlamentos nacionais e dos cidadãos (representantes dos Painéis de Cidadãos Europeus, dos eventos nacionais ou de painéis de cidadãos nacionais e a Presidente do Fórum Europeu da Juventude), salientando-se ainda a participação, pela primeira vez, dos representantes dos Balcãs Ocidentais. Em representação da Assembleia da República participou uma delegação composta pelos Deputados Luís Capoulas Santos (PS), Paulo Moniz (PSD), Fábíola Cardoso (BE) e Bruno Dias (PCP), membros da Comissão de Assuntos Europeus.

A reunião foi presidida por Dubravka Šuica (Comissão Europeia) Guy Verhofstadt (PE) e Gašper Dovžan (Presidência eslovena do Conselho), copresidentes da Conferência, e a [agenda](#) dos trabalhos incidiu sobre a apresentação de informações relativas aos [painéis de cidadãos europeus](#), aos painéis e eventos nacionais, ao [Encontro Europeu da Juventude](#) de 8 e 9 de outubro, e aos [relatórios intercalares](#) da Plataforma Digital Multilíngue. As intervenções dos Deputados [Paulo Moniz](#) e [Fábíola Cardoso](#) estão disponíveis. Todo o conteúdo multimédia está disponível [aqui](#).

A sessão plenária foi precedida da reunião com os representantes dos Parlamentos nacionais, no dia 21 de outubro, na qual foram debatidas questões relacionadas com o tempo de intervenção concedido às delegações dos Parlamentos nacionais para uso da palavra no Plenário e com a metodologia dos grupos

² Ponto elaborado por Liliane Sanches da Silva (Comissão de Assuntos Europeus).

de trabalho da Conferência. Intervieram nesta reunião os Deputados Luís Capoulas Santos e Bruno Dias.

No dia 22 de outubro tiveram lugar as primeiras reuniões dos grupos de trabalho do plenário, destacando-se as discussões ocorridas nos grupos sobre migração, transformação digital, educação, cultura, juventude e desporto e democracia europeia, que contam com a participação dos Deputados Luís Capoulas Santos, Paulo Moniz, Fabíola Cardoso e Bruno Dias, respetivamente, e nas quais foram debatidos os métodos de trabalho e objetivos de cada grupo.

A próxima reunião plenária da Conferência sobre o Futuro da Europa terá lugar nos dias 17 e 18 de dezembro.

4. COMISSÃO EUROPEIA | ECONOMIA DA UE PÓS-COVID

A Comissão Europeia adotou uma [comunicação](#) (*A economia da UE após a COVID-19 - implicações para a governação económica*) sobre o [balanço da evolução das circunstâncias para a governação económica na sequência da crise da COVID-19](#), relançando o debate público sobre a análise do quadro de governação económica e que se encontrava suspenso desde fevereiro 2020.

Para este debate, que se baseará no [parecer da Comissão sobre a eficácia do quadro de supervisão económica de fevereiro de 2020](#) e ensinamentos da crise COVID-19, a Comissão convidará as principais partes interessadas para obter um consenso sobre o futuro do quadro de governação económica. No primeiro trimestre de 2022, a Comissão fornecerá orientações em matéria de política orçamental, facilitando a coordenação das políticas orçamentais e a preparação dos programas de estabilidade e convergência dos Estados-Membros. Fornecerá ainda orientações sobre possíveis alterações ao quadro de governação económica a fim de alcançar um consenso alargado sobre a via a seguir antes de 2023.

A Comissão preparou uma seção de [perguntas e respostas](#) sobre o tema.

5. COMISSÃO EUROPEIA | PROGRAMA DE TRABALHO 2022

Também esta semana, a Comissão Europeia [adotou](#) o seu [programa de trabalho para 2022](#), contendo 42 novas iniciativas estratégicas no quadro das seis ambições estabelecidas pela Presidente von der Leyen nas suas [orientações políticas](#):

- **Pacto Ecológico Europeu**, com destaque para o pacote Objetivo 55, Fundo Social para o Clima e obrigações verdes;
- **Uma Europa preparada para a era digital**, sobretudo no que respeita à política de concorrência, Instrumento de Emergência do Mercado Único, Diretivas Microcircuitos Europeus e Ciber-Resiliência Europeia, e adoção de competências digitais;
- **Uma economia ao serviço das pessoas**, dando seguimento ao Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- **Uma Europa mais forte no mundo**, com a definição da nova estratégia mundial para as portas de ligação, União Europeia de Defesa, compromisso energético internacional e governação internacional dos oceanos;
- **Promoção do modo de vida europeu**, propondo a Comissão o ano 2022 como o Ano Europeu da Juventude, a iniciativa ALMA, cooperação na área da educação, quadro do setor farmacêutico e outras na área da saúde;

- **Um novo impulso para a democracia europeia**, que refere, nomeadamente, além da Conferência sobre o Futuro da Europa, a Lei Europeia da Liberdade dos Meios de Comunicação Social, Estado de direito e novo organismo de ética da UE.

Para minimizar os encargos deste objetivos, a Comissão aplicará o princípio «entra um, sai um», assegurando que ao introduzir novos encargos inevitáveis, reduz-se sistemática e proativamente encargos decorrentes da legislação da UE em vigor no mesmo domínio de intervenção.

6. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE SOBRE O ALARGAMENTO

A Comissão Europeia [adotou](#) ainda o [pacote do alargamento de 2021](#) e apresentou uma avaliação pormenorizada sobre o ponto de situação e progressos nos Balcãs Ocidentais e Turquia nos percursos rumo à adesão à UE. Em termos individuais, e de acordo com esta avaliação:

- o [Montenegro](#) assegura agora um equilíbrio global entre os progressos realizados no que respeita ao Estado de direito e nas negociações de adesão a nível dos diferentes capítulos, e a [Sérvia](#) realizou também progressos no âmbito do Estado de direito e na normalização das relações com o Kosovo, assim como nas negociações de adesão noutros capítulos;
- a [Albânia](#) e a [Macedónia do Norte](#) continuam a preencher as condições para abertura das negociações de adesão, com enfoque na necessidade de resolução das questões entre a Bulgária e a Macedónia do Norte;
- no caso da [Bósnia-Herzegovina](#), o objetivo estratégico da integração não foi traduzido em ações concretas, devendo abordar as 14 prioridades fundamentais, e no caso do [Kosovo](#) a Comissão mantém a avaliação de julho de 2018 (o Kosovo cumpriu os critérios de referência em matéria de liberalização de vistos mas a proposta está pendente no Conselho);
- sobre a [Turquia](#), continua a ser um parceiro fundamental da UE, estando esta disposta a dialogar com a Turquia de forma faseada, proporcionada e reversível, a fim de reforçar a cooperação numa série de domínios de interesse comum mas deixando claro que, em caso de novas ações unilaterais ou de provocações em violação do direito internacional, a UE recorrerá a todos os instrumentos e opções ao seu dispor para defender os seus interesses e os dos seus Estados-Membros. Mantêm-se ainda as preocupações com o Estado de direito, direitos fundamentais e independência do sistema judicial.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho de Negócios Estrangeiros

Os ministros realizaram um [debate estratégico](#) sobre a abordagem da União relativamente ao **Golfo** e a forma de reforçar a presença na UE na região, contribuindo para a comunicação conjunta sobre uma «Parceria com o Golfo» (a adotar em 2022). Foram ainda trocados pontos de vista sobre as relações da **UE e a Parceria Oriental** no âmbito da preparação da Cimeira da Parceria Oriental, que terá lugar em dezembro, nomeadamente o difícil contexto geopolítico, defesa dos valores fundamentais e recuperação socioeconómica a longo prazo e o apoio em matéria de vacinas. Foi também discutida a situação na região de **Tigré (Etiópia)** e no **Nicarágua, no Afeganistão, Tunísia, Balcãs Ocidentais**, diplomacia climática no âmbito da **COP26, Bielorrússia** e questão dos **migrantes**, assim como foram adotadas [conclusões sobre a Bósnia-Herzegovina e a Operação EUFOR Althea](#).

Conselho de Assuntos Gerais

Foram trocados pontos de vista sobre o **projeto de conclusões** da reunião do Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro e sobre os temas a discutir: **COVID-19, transformação digital, preços da**

energia, migração, comércio e relações externas. Realizou-se um debate horizontal no âmbito do **diálogo anual sobre o Estado de direito** e foi feito o ponto de situação da **Conferência sobre o Futuro da Europa**.

Cimeira Social Tripartida

Os presidentes das instituições e os parceiros sociais europeus [discutiram](#) as formas de conseguir uma recuperação bem sucedida, duradoura e socialmente justa, assim como o papel dos parceiros sociais nos planos nacionais de recuperação e resiliência, como conseguir o duplo objetivo clima e transições digitais mantendo a prosperidade, competitividades e justiça social e ainda como assegurar um trabalho sustentável, incluindo competências, políticas ativas para o mercado de trabalho e sistemas de segurança social.

O [Primeiro-Ministro esloveno, Janez Janša, referiu](#) que *a cimeira foi a confirmação de que o diálogo social é um dos valores fundamentais da UE*.

8. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões Parlamentares do PE](#), sendo de destacar [Semana Europeia para a Igualdade de Género](#), o debate com os Vice-Presidentes Executivos Margrethe Vestager e Valdis Dombrovskis sobre o [Conselho de Tecnologia e Comércio UE-EUA](#) e a [9.ª Reunião do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto sobre a Europol](#), co-organizada pelo PE e pela dimensão parlamentar da Presidência eslovena, e na qual a AR estará representada por uma delegação composta pelos Deputados José Magalhães (PS), Sérgio Marques (PSD), Bruno Dias (PCP) e Inês Sousa Real (PAN).

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [27 de outubro](#), com destaque para a Revisão da Diretiva dos requisitos de capital (Basileia III).

Conselho da União Europeia

O [calendário](#) completo está disponível, destacando-se:

- 26.20: [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\) sobre Energia](#)
- 28.10: [Videoconferência informal dos ministros da Economia e das Finanças](#)

Bruxelas | 25 de outubro de 2021

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#) | +32 493 39 99 73

e [Catarina Ribeiro Lopes](#), Secretariado da COSAC

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).